

**O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo
histórico**

Paulo G. Fagundes Visentini *

Resumo: O artigo introduz elementos teóricos e históricos para a consolidação acadêmica de um “terceiro paradigma” das Relações Internacionais, o do Materialismo Histórico. O Marxismo apresenta a *noção de economia e de dominação no plano internacional*, dentro de uma perspectiva que enfatiza os macroprocessos de evolução, transformação e ruptura. Apesar de não haver elaborado uma teoria específica para as análises internacionalistas, ele introduz elementos que complementam as concepções realistas e liberais. E possui ferramentas para a formação de um Terceiro Paradigma, que dialogue com os demais.

Palavras-chave: Materialismo Histórico; Relações Internacionais; Teoria Marxista.

O marxismo continua em evolução como abordagem teórica, [e] o materialismo histórico é uma teoria geral abrangente da ação política, social e econômica capaz de considerar todos os campos da ação social. (...) Muitos [dos seus] aspectos conceituais contêm potencial para as relações internacionais e podem nelas ser aplicados, como já o foram em outras teorias.

Fred Halliday

O campo de estudos das Relações Internacionais ainda não está consolidado, e é marcado por um equivocado debate “bipolar” (realismo x liberalismo), o qual, implicitamente, nega a validade de um terceiro paradigma, o marxista. A dimensão histórica é deliberadamente excluída da maioria das análises da área, que tem uma tendência claramente instrumental, geralmente baseada na Ciência Política. Ou seja, o estudo das Relações Internacionais possui um caráter conservador e institucional, voltado ao *Status Quo*. Por outro lado, há uma confusão entre os acadêmicos críticos (e seus detratores) sobre o que é marxismo. Em diversos congressos muitos colegas experientes se frustram porque, sob tal rubrica, aparecem simplesmente enfoques esquerdistas militantes, que pouco ou nada têm a ver com o marxismo. Da mesma forma, de um lado e de outro do espectro ideológico, há uma confusão entre marxismo e socialismo. Com a queda dos regimes socialistas de cunho soviético, diversos estudiosos afirmaram que o marxismo já não tinha mais relevância teórica (Sic!). Isso, em plena globalização...

Muitos acadêmicos, inclusive, negam que haja uma abordagem marxista das Relações Internacionais. Mas ela existe, ainda que de forma encoberta, pois a censura e a autocensura são uma realidade e possuem múltiplas formas. A magnífica obra de Eric Hobsbawm, classificada como “História Internacional”, tem como fio condutor uma análise

* Historiador, Professor Titular de Relações Internacionais na UFRGS. Pós-Doutorado em RI pela London School of Economics (paulovi.ufrgs@gmail.com)

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

mundial de base materialista histórica, como ele mesmo admitiu. Nesse artigo analisa-se a contribuição do materialismo histórico para a configuração de uma concepção marxista das Relações Internacionais (estabelecendo um debate “triangular”), com base na obra de Fred Halliday, orientador do meu Pós-Doutorado. Além de uma abordagem geral, um destaque é conferido a dois temas dentro do marxismo, o das Revoluções e o da Questão Nacional, sobre os quais já desenvolvemos trabalhos anteriores.

A área de Relações Internacionais: realismo x “liberalismo”?

Como campo de estudo acadêmico específico, as Relações Internacionais surgiram após a Primeira Guerra Mundial, como ferramenta de análise e de formulação política, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Era o mundo que emergia da Grande Guerra, da Revolução Soviética e da jovem (e pouco experiente) potência norte-americana, que estava substituindo uma Europa dilacerada. Mas a reflexão sobre as relações entre povos e entre Estados, a Guerra e a Paz, bem como as conexões econômico-culturais mundiais não eram algo novo. A seguir, uma reflexão original sobre as “Escolas” de RI.

Jacques Huntzinger¹, ao analisar os autores clássicos, considera que Carl Von Clausewitz, Francisco de Vitória e Karl Marx representam os três grandes paradigmas das relações internacionais. As diversas correntes retratam as problemáticas e os momentos históricos de sua formação, refletindo ângulos de abordagem que não são completamente excludentes. Neste sentido, ortodoxia e ecletismo teórico são dois extremos a evitar, bem como a manipulação política prescritiva e normativa das teorias, as quais constituem, essencialmente, simplificações para a compreensão de uma realidade complexa demais para ser apreendida em todas as suas dimensões.

O general prussiano Clausewitz, junto com Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Vattel, Hume, os teóricos do Equilíbrio Europeu, Rousseau, Espinosa e os adeptos do nacionalismo europeu do século XIX representam o paradigma *clássico* das relações internacionais (segundo a visão francesa), também denominado *realismo* (na perspectiva anglo-saxônica). Esta corrente considera o sistema internacional como sendo total ou parcialmente anárquico, tendo o Estado como ator fundamental. Assim, o realismo enfatiza as *relações de conflito e poder entre atores estatais*. A estes, podemos acrescentar pensadores realistas do século XX como Edward Carr (*Vinte anos de crise*), Raymond Aron (*Paz e Guerra entre as nações*) e Hans Morgenthau (*A política entre as nações*). Esta corrente abriga, além do *realismo clássico*, o *neorealismo*, as *teorias da estabilidade hegemônica* e a *teoria dos jogos*.

O padre dominicano de Salamanca, Francisco de Vitória, juntamente com o estoicismo, Cícero, o cristianismo medieval, o jusnaturalismo do século XVI, Kant e o

¹ HUNTZINGER, Jacques. *Introduction aux relations internationales*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

cosmopolitismo do século XVIII representam um paradigma *idealista*, o qual enfatiza a existência de uma comunidade internacional da *societas inter gentes*, ou comunidade universal do gênero humano. Esta corrente, no mundo anglo-saxônico, também é chamada de *liberalismo*, contendo ainda o *liberal-institucionalismo*, *neoliberalismo*, *funcionalismo*, *teorias da integração* e o *construtivismo*. Keohane, Klinderberg e Joseph Nye são acadêmicos contemporâneos ligados à escola do liberalismo/idealismo, a qual tem como base as *relações de cooperação e ética*, dentro de uma estrutura essencialmente “transnacional”. Importante ressaltar que, filosoficamente, o liberalismo é contraditório com a visão de matriz cristã, o que denota um certo caráter artificial da visão “bipolar” das teorias de Relações Internacionais.

Marx e Engels, da mesma forma que os jacobinos, Fichte, Hegel, Hobson, Hilferding, Lênin, Bukarin e V. P. Potemkin, enfocam as noções de imperialismo econômico, as clivagens Norte/Sul e centro/periferia, bem como as teorias da dependência e do sistema mundial. Em termos contemporâneos e estritamente acadêmicos, podemos acrescentar os nomes de Ekkehart Krippendorff, Fred Halliday, Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Justin Rosenberg, Ellen Wood, Benno Teschke e Samir Amin como internacionalistas de inspiração marxista. Embora o marxismo não tenha estruturado uma teoria formal das relações internacionais, o materialismo histórico permite fundamentar a *noção de economia e de dominação no plano internacional*, dentro de uma perspectiva que enfatiza os macroprocessos de evolução, transformação e ruptura.

É importante ressaltar que cada pensador escreve não apenas expondo abstratamente suas ideias, mas no contexto do debate da época. Assim, como Marx argumentava a favor da importância dos fatores materiais na vida social e do processo histórico, ele teve de *escrever muito* sobre a dinâmica das forças econômicas, porque era algo desconsiderado nas ciências da época. Não se trata, todavia, de um “determinismo econômico nem histórico”, como o conjunto da teoria bem demonstra, mas de uma necessidade intelectual do seu tempo. Ele também escreveu obras importantes sobre filosofia e política. Contudo, embora fosse um pensador notável, era um homem mortal e do seu tempo. Teve *insights* importantes sobre conjunturas e eventos específicos, algumas ideias datadas e outras que se mostraram equivocadas, ao lado de uma formulação geral inovadora, a qual mantém sua capacidade de explicar o mundo. Marx contou com a colaboração de seu parceiro Friedrich Engels, que escreveu menos, mas sempre debateu, auxiliou e explorou alguns temas específicos. Mas fizeram tudo isso fora da academia, da qual o marxismo era excluído.

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

Conceitos do Materialismo Histórico aplicáveis às Relações Internacionais

A obra de Marx e Engels desenvolveu uma teoria geral que possui interação com todos os campos de estudo das humanidades, bem como uma astúcia tática de bons observadores que eram. Todavia, não desenvolveram ferramentas específicas para um campo que, a bem da verdade, nem estava constituído como tal (as RI). O marxismo também é acusado de ser uma concepção apenas com fins políticos, como promover a Revolução e implantar regimes socialistas (caricaturados como “ditadura do proletariado”). Mas essa é uma acusação que também se poderia fazer ao Realismo, que esteve associado ao racismo, ao darwinismo social e à política de grande potência na passagem do século XIX ao XX. E nem por isso as portas da academia foram fechadas a ele.

A área de Relações Internacionais, embora utilize ferramentas teóricas e metodológicas de diversas disciplinas, paradoxalmente não menciona o capitalismo, que propicia a maior parte das conexões do sistema mundial e embasa seus conflitos. Como argumenta Halliday (2007), a Guerra Fria é reduzida pelo Realismo a um confronto estratégico, desconsiderando a dimensão socioeconômica, por exemplo. E todas as teorias acabam embasando ações prescritivas, com o marxismo inspirando as Internacionais Social Democrata e Comunista e o liberalismo os 14 Pontos do Presidente Wilson e a Liga das Nações, que consistia em um organismo de imposição da vontade dos vencedores da I Guerra Mundial.

Já no tocante ao debate entre a concepção centrada no Estado e a apoiada em um sistema mundial, Marx e Engels inovaram introduzindo a noção de *classe*, que conecta as duas abordagens, como se verá adiante. A ideia de que o marxismo menosprezava o papel do Estado e previa seu fim é reducionista, pois ele possui dois níveis: uma estrutura de dominação (de classe) e um *locus* do convívio em sociedade. O que Marx argumentou foi que, em algum momento do devir histórico, a primeira feneceria (pela crescente interdependência capitalista ou pela ruptura revolucionária socialista), mas a segunda permaneceria. Mas as classes e a luta entre elas (ou entre segmentos nacionais de uma mesma classe) estão presentes no sistema mundial. Marx falava em *Weltklasse*, *Welpartei* e *Weltrevolution*. A internacionalização do interesse de classe, todavia, não diz respeito apenas ao proletariado, porque a burguesia é ainda mais articulada no plano transnacional.

Dentro do conjunto da obra de Marx o que articula suas partes e confere à teoria um significado transcendente é o Materialismo Histórico. A partir de uma perspectiva dialética ele, inclusive, desarticula a narrativa esquerdista vulgar, tão em voga atualmente. Por exemplo, Marx e Lenin reconheciam que o que veio a ser chamado de *imperialismo* possui dois lados intimamente associados, um destrutivo e outro “construtivo”. Ele

desarticulava e até destruía formações sociais pré-capitalistas, em relação às quais eles não nutriam qualquer admiração, enquanto expandiam a modernidade (então) revolucionária do capitalismo. As contradições de clãs ou feudais e imperiais de velho tipo davam lugar a antagonismos de *classe*, que serviram de base à libertação nacional anticolonial no século XX, ainda que ambos lamentassem os custos humanos e efeitos éticos deploráveis da dominação Ocidental da periferia. “A História não é o reino da felicidade”, como dizia Hegel.

Aliás, a obra *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, de V. I. Lenin, constitui uma valiosa investigação científica das razões pelas quais as grandes potências capitalistas terem desencadearam uma guerra mundial fratricida entre si em 1914. Ao analisar os fundamentos econômicos internacionais do conflito, ele superou as explicações essencialmente diplomáticas e militaristas ou personalistas e ideológicas. Os Generais sempre desejaram a guerra, os Imperadores (todos primos) buscavam continuamente ampliar seu poder, os Diplomatas sempre articularam alianças e o pangermanismo e o pan-eslavismo há décadas estavam em atrito geopolítico. Evidentemente eles constituíam um caldo de cultura que “lubrificava” a engrenagem do confronto, mas o elemento catalizador foi o potencial destrutivo existente na lógica econômica competitiva imperialista.

Segundo Fred Halliday, “a tentativa do marxismo no período de 1900-20 de teorizar o sistema internacional em torno do conceito de ‘imperialismo’, entendido como rivalidade estratégica interestatal, é uma das mais ambiciosas e criativas jamais feita antes” (2007, p.70). Sem dúvida a dupla dinâmica da teorização e da ação política conformaram um tom dogmático, intolerante e militante ao marxismo, além de servir para legitimar movimentos e regimes socialistas. Mas mesmo a partir de um marxismo “ortodoxo e oficial” de regimes comunistas, houve contribuições sólidas e complexas para a teoria das Relações Internacionais. As noções de *correlação de forças*, a qual representa um avanço em relação a de Equilíbrio de Poder (no contexto da Guerra Fria), e de *anti-imperialismo*, que embasa o movimento de descolonização, são exemplos concretos.

Já nos anos 1970 o marxismo logrou ocupar certo espaço na academia (como “estruturalismo”), em temas como o Estado, a guerra, o conflito internacional, a violência, a dimensão econômica transnacional e o sistema mundial. Nesse contexto merecem destaque os estudos de Fred Halliday, Gabriel Kolko, Stephen Gill, Kees van der Pijl, Eric Wolf, Ekkehart Krippendorff, Perry Anderson, Eric Hobsbawm e Samir Amin, entre outros. Logo foram seguidos pelos trabalhos de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Justin Rosenberg, Ellen Wood e Benno Teschke. Apesar das críticas que sofreu, classificado como “circulacionista” por outros marxistas, a noção de *Sistema Mundo* de Wallerstein representa um avanço qualitativo em relação ao conceito de *Sociedade Internacional*, pois demonstra a

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

existência de uma hierarquia de poder (com seu potencial conflitivo) e as relações centro-periferia.

Quais são as categorias analíticas do paradigma Materialista Histórico e em que contribuiriam para o estudo das Relações Internacionais? Em primeiro lugar existe a *dimensão material*, que são os *fenômenos socioeconômicos* ligados à sobrevivência e à reprodução das sociedades humanas. As populações precisam se organizar para produzir os bens necessários à sua manutenção, em contínuo conflito com outros grupos na disputa por bens escassos. Por mais que eles sejam condicionados por sistemas de poder político e culturais, trata-se de uma necessidade básica, que o capitalismo transformou num movimento sistêmico, de dimensões planetárias. Para Halliday, “as relações internacionais são o estudo das relações entre as formações sociais e não o das relações entre os Estados” (Ibid, p. 74). Já Luis Fernandes avança a argumentação afirmando que “as novas relações sociais gestadas [pelo] processo [de construção do capitalismo no noroeste da Europa] constituíram o elo institucional central que articula o mundo moderno: a existência separada das esferas políticas e econômicas autônomas, tanto em nível doméstico como internacional. É esta separação que permite e viabiliza, via uma estrutura legal de direitos de propriedade, fluxos de investimento para além das fronteiras nacionais” (2018, p.415)

Em segundo lugar, há o processo histórico como teoria e como construção social. Além de indicar a existência de uma “direção evolutiva”, Marx mencionou que “a tradição das gerações mortas paira como um pesadelo sobre a mente dos vivos”. Ou seja, a história elucida o movimento geral do fazer-se social e o passado condiciona as ações do presente e projeta possíveis cenários para o futuro. Esse constitui um ponto em que sobressai a deficiência teórica das demais correntes da RI: a quase completa ausência da história, substituída por “modelos”, muitos dos quais se assemelham à escolas econômicas. A história auxilia, igualmente, a compreender a permanência da *questão nacional*, em suas dimensões psicológico-culturais e de percepção estratégica das elites dirigentes, mesmo sob o capitalismo globalizado. O brilhante acadêmico e diplomata da Romênia de Ceaucescu, Silviu Brucan, escreveu uma obra importante, mas pouco estudada, em que analisa a questão nacional dentro do marxismo².

Em terceiro lugar, há a questão de *classe social* na política nacional e mundial. Segundo Halliday, “internacionalmente [as classes] agem para aliar-se a grupos similares,

² Brucan, Silviu, *La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y políticas*. Mexico: Siglo XXI, 1974 (Ed. Norte-americana pela Alfred A. Knopf, 1971). Ele foi professor universitário na Universidade de Bucareste, embaixador romeno nos Estados Unidos e na ONU, atuou na UNESCO e concluiu esse livro no Centro para Estudo das Instituições Democráticas, em Santa Bárbara, Califórnia. Finalmente, participou da Frente de Salvação Nacional, que derrubou Ceaucescu.

quando isso lhes é benéfico, e para competir, por meios pacíficos ou militares, quando se prefere a rivalidade. O conflito entre classes, a ‘luta de classes’, ocorre, portanto, em dois níveis: entre grupos em diferentes posições na escala socioeconômica e entre grupos de posição equivalente” (p. 77). As classes dominantes, especialmente a moderna burguesia, age através do Estado (nacional) para competir com outras equivalentes, bem como buscam certo grau de coordenação global (muito mais eficazes que as de esquerda,) Isto se dá através de organizações institucionais ou informais como o Clube de Roma, a Comissão Trilateral, o G-7, o Fórum Econômico Mundial de Davos e a União Europeia, por exemplo. Mas elas também utilizam a dimensão internacional do sistema capitalista como forma de manter sua liderança dentro do seu próprio Estado-Nação. Ou seja, o conceito é complexo e possui alto grau de capacidade explicativa no campo das Relações Internacionais.

Por fim, em quarto lugar, há o conceito de *Conflito* e suas formas extremas, *a Revolução e a Guerra*. Os estudos do campo de Segurança e Defesa, que pode ser considerada uma área dentro das Relações Internacionais, possuem preocupantes carências teóricas e metodológicas por ignorarem as contribuições do Materialismo Histórico. Nesse contexto, a Guerra seria um conflito internacional entre Estados, liderados por duas classes similares ou em posição de domínio nacional equivalente (“a continuação da política por outros meios”, como afirmou Clausewitz). Já a Revolução seria um conflito entre classes antagônicas dentro de um Estado, mas com inevitável projeção internacional (podendo se transformar em Guerra). Mas é necessário diferenciar Revolução Política (conquista do poder, de curto prazo) de Revolução Social (processo de transformação estrutural, de longo prazo). O Materialismo Histórico considera que as contradições materiais (e a desigualdade) tornam a Guerra e a Revolução inevitáveis, constituindo algo racionalmente explicável (apesar de suas formas brutais). Segundo Brucan, “assim como a desigualdade social é a raiz do político na sociedade, a desigualdade nacional é a raiz da política na cena mundial” (1974, p.132).

A questão das Revoluções e da Nação

Revoluções e Relações Internacionais

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. “As Revoluções são eventos internacionais em suas causas e efeitos”, como lembra Fred Halliday (2007, 148). Neste sentido, inspiram forças políticas de outros países, tanto simpatizantes como adversárias. Normalmente as revoluções dão origem a guerras externas, geralmente associadas a guerras civis internas ou são delas resultantes.

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

Assim ocorreu na Rússia (cuja Revolução aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial) e na China, países de grande relevância na ordem internacional. Nelas, ocorreram invasões externas, guerra civil e outros efeitos mundiais, como a criação da III Internacional (Comunista) e, posteriormente, a existência mais fluida do Movimento Comunista Internacional. Mas também foi o caso da Coreia, do Vietnã, de Cuba e da Nicarágua, nações menores da periferia do sistema mundial. As duas primeiras, apesar disso, adquiriram significado estratégico por estarem na fronteira da China, zona onde o socialismo não estava consolidado.

Os dois últimos casos implicaram alterações dentro de área de influência direta dos Estados Unidos, caso de Cuba, que também teve grande atuação mundial no Terceiro Mundo, sobretudo através do Movimento dos Países Não Alinhados. Já a Coreia do Norte encontrava-se na fronteira chinesa e ao lado do Japão, zona estratégica para Washington, e a guerra de 1950-51 teve repercussão global. No mundo islâmico e no continente africano, por outro lado, esse aspecto revestiu-se de maior complexidade, dado que a construção do Estado nacional ainda se encontrava em fase inicial e, no primeiro caso, estava localizado na zona geopolítica do petróleo.

No caso africano, igualmente, as revoluções ocorreram durante a fase inicial de formação do Estado-nação, na esteira do colapso do aparato burocrático e repressivo colonial, com a exceção da Etiópia, onde ocorreu a conquista do aparelho estatal, que foi transformado e reforçado. Dessa maneira, as revoluções africanas alteraram o precário equilíbrio que ia se estabelecendo entre os jovens e frágeis Estados, gerando amplo efeito desestabilizador. Já a Revolução Iraniana teve características distintas, pois a corrente vitoriosa não se apoiou numa visão marxista, representando um movimento nacionalista, anti-imperialista e uma reação cultural ao Ocidente. Mas seu impacto internacional foi semelhante.

Academicamente, as Relações Internacionais iniciaram como estudo da guerra como ato agressivo racional e deliberado, e não como a internacionalização de um conflito social. A própria Carta da ONU se preocupa com a ordem mundial como se ela fosse separada da situação interna dos Estados. Na mesma linha, a Ciência Política anglo-americana considera a Revolução como uma quebra de processos regulares. Até a publicação da obra de Theda Skocpol (que de certa forma atualiza o clássico de Barrington Moore Jr *As origens sociais da ditadura e da democracia*), as Revoluções eram encaradas como fenômenos internos. Jack Goldstone, por sua vez, enfatizou que fatores internacionais (tais como pressões econômico-fiscais e política de alianças desestabilizadoras) enfraqueciam o Estado e provocavam revoluções.

Realistas e neorealistas como Kenneth Waltz, ao não relacionarem as dimensões interna e externa, ignoram que a maioria das alianças visa impedir as revoluções dentro de Estados membro. Certamente as Revoluções não podem escapar ao sistema previamente existente, mas elas forçam sua mudança e representam momentos de transição para um mundo novo, embora as Relações Internacionais as percebam como “colapso” (ou ruptura negativa, antissistêmica).

Cabe destacar que toda a revolução tenta internacionalizar-se, da mesma forma que a contrarrevolução (que busca homogeneidade), geralmente sem sucesso. Assim, os limites da “exportação da Revolução” (ou da contrarrevolução), geram tréguas, redução da retórica ideológica e uma postura mais diplomática. Todavia, isso não significa que as revoluções tenham sido “socializadas”, pois, segundo Halliday (1999, p.187), “enquanto suas ordens internas pós-revolucionárias permanecerem intactas, elas continuam a representar um desafio ao sistema de outros Estados”.

Para a sociologia histórica, o “internacional” criou o Estado, e não o contrário, e no tocante aos processos revolucionários aqui mencionados em sua dimensão internacional, cabe ressaltar que guerras geram revoluções e vice-versa. Nos casos analisados, por exemplo, percebe-se que as revoluções dos anos 1970 levaram a guerras convencionais na periferia (com envolvimento de grandes potências), para as quais a comunidade internacional não estava preparada. Além disso, no plano regional o maior impacto não é tanto a ação deliberada, mas o exemplo, que serve de catalisador contra a ordem estabelecida.

Mesmo o marxismo acadêmico, que supostamente poderia explicar as revoluções que a teoria enseja, possui limitações explicativas. Uma delas é ter poucos elementos para analisar as diferenças entre as várias revoluções e a persistência da questão nacional. Uma exceção se encontra em Brucan (1974). Outro é que a ênfase nos elementos “infraestruturais” os conduz a uma análise que privilegia as relações capitalistas sistêmicas em escala global. Paradoxalmente, até mesmo alguns renomados marxistas dão pouca atenção às possibilidades de revoluções. Wallerstein, por exemplo, aposta nos chamados movimentos sociais antissistêmicos e Arrighi navega pelos ciclos econômicos sem encontrar-se com as revoluções nem lidar adequadamente com Estados pós-revolucionários como a URSS e a China. Pensam o sistema internacional como um sistema socioeconômico global (capitalista) sobreposto a estruturas políticas secundárias.

Metodologicamente, Halliday sugere quatro instrumentos que podem ser utilizadas como elementos de pesquisa: a) causa: até que ponto o “internacional” produz a revolução; b) política externa: como os Estados Revolucionários conduzem as relações com outras nações; c) respostas: qual é a reação dos outros Estados; d) formação: como num período

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

mais longo os fatores internacionais e do sistema mundial constroem o desenvolvimento interno pós-revolucionário dos Estados e condicionam sua evolução política, social e econômica.

Esses elementos representam, igualmente, uma ferramenta indispensável para o estudo do impacto de tais rupturas no sistema internacional, ou na ordem mundial. Sobre tal realidade a área dos estudos de Defesa deve buscar elementos analíticos e teóricos para se ajustar a novas situações, pois as revoluções não apenas *perturbam* a ordem mundial: elas a *transformam*. Como as Forças Armadas são partes constitutivas do Estado, encarregadas da sua proteção, e como os estudos de Defesa tendem a estar linearmente ligados à ordem vigente, muitas vezes perdem a dimensão da transformação do ambiente em que devem operar. Já os grandes analistas e estadistas estudaram a revolução não sob um prisma político-ideológico, mas como um fenômeno político de luta pelo poder. Assim, conseguem compreender e formular estratégias adequadas à realidade.

Revoluções e Regimes de orientação Marxista do século XX

O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século XX, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS. A Revolução na Mongólia, por circunstâncias particulares, fez parte desse período. A segunda, decorrente dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto como por meio das revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia. É importante ressaltar que países como a Alemanha, a Hungria, a Tchecoslováquia e a Bulgária protagonizaram, no final da Guerra (1918-23), revoluções e até efêmeros regimes socialistas, com a esquerda sendo, posteriormente, derrotada, às vezes por intervenção externa.

A terceira, que vinha se desenvolvendo paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um regime socialista. A Revolução Coreana e a primeira etapa da Indochinesa fazem parte dessa fase. Essas revoluções marxistas e regimes engendrados na primeira metade do século XX ocorreram “na periferia do centro”. Isso porque as potências capitalistas industriais que dominavam o centro do sistema entraram em conflito aberto (corrida imperialista, Primeira e Segunda Guerra Mundiais), enquanto lutavam por redefinir o sistema mundial e, dentro dele, a posição hegemônica. Assim, foi possível a vitória de duas revoluções e regimes estruturantes de nova realidade mundial, a soviética e a chinesa, que se

encontravam na periferia do espaço geopolítico afetado pela gigantesca confrontação e transformação, bem como de alguns países membros.

Finalmente, na quarta e última, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-iiemenita e as africanas dos anos 1970. Elas ocorreram na segunda metade do século XX “no centro da periferia”, isto é, na região meridional do planeta ainda não industrializada, onde ocorria a expansão do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* (Westad, 2007; Davis, 1985).

Dentre as referidas, apesar dos limitados recursos, duas acabaram se tornando paradigmáticas e tendo efeitos sistêmicos por todo o mundo, a cubana e a vietnamita. Evidentemente, elas estiveram ligadas e dependeram das duas grandes revoluções fundacionais, mas desenvolveram uma dinâmica própria. O caso da Revolução Iraniana pode ser enquadrado nessa categoria, embora seu desdobramento tenha sido diferente como projeto pós-revolucionário. De qualquer forma, a “islamização” do processo revolucionário não anula sua base republicana, modernizadora, antiimperialista (mas não anticapitalista) e internacionalista. Também nessa fase se encontram os casos da Argélia e de outras revoluções dos anos 1950-1960.

A Questão Nacional em perspectiva

Marx e Engels, numa época marcada pelo domínio do pensamento metafísico na ciência, gastaram a maior parte de suas energias tentando demonstrar a relevância de fatores materiais como a economia e as relações sociais, como foi visto. Portanto, seus estudos se dedicaram menos a aprofundar aspectos políticos, em particular a ideia de nação. Todavia, forjaram um instrumento poderoso para esse estudo, a teoria do *Materialismo Histórico*, onde está presente a dimensão política e nacional. De particular relevância é o conceito de *Formação Econômico-Social*, que confere materialidade à abstração do *Modo de Produção*.

O Materialismo Histórico e algumas outras escolas de pensamento destacam o caráter político da formação das nações, a partir do desenvolvimento do capitalismo e da formação dos Estados que o acompanhou. Até o século XVIII a Europa era constituída por Estados Dinásticos, e não nacionais. Mas os da Europa Ocidental já impunham uma língua oficial e um governo cada vez mais centralizado. Foi a Revolução Francesa que lançou as bases da ideia de nação, como comunidade dos cidadãos unidos por uma ideologia e um conjunto de instituições políticas, noção que causava pânico nas monarquias plurinacionais absolutistas sob controle de um soberano dinástico.

Ao lado da causa que unia a maioria dos cidadãos de uma nação, que construía um Estado moderno, havia o avanço do capitalismo industrial, que necessitava um mercado

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

unificado e integrado em termos de instituições, unidades de pesos e medidas, impostos e legislação. Mas a relação entre capitalismo (internacional) e Estado Nacional é complexa e possui uma contradição dialética. Por que o capital, que podia se deslocar para as regiões onde poderia se reproduzir de forma mais lucrativa, continuava a conviver com Estados-Nação?

O nível diferenciado de desenvolvimento permitia ao capital explorar as vantagens dessa situação, pois enquanto se movia com relativa liberdade, o Estado representava um poder “fixo”, responsável pelo território e sua população, como demonstra Giovanni Arrighi em *O longo século XX*. Assim, quando o capital se deslocava para outras regiões, a nação abandonada retrocedia economicamente, como aconteceu com os países ibéricos e com a Holanda, quando sobrepujados pela Inglaterra. E quando havia crises, sempre era possível isolá-las dentro de certas fronteiras, além dos Estados serem responsáveis pela proteção dos seus capitalistas contra adversários nacionais ou de classe.

A Questão Nacional no Sul Geopolítico

Na Europa Oriental, onde o capitalismo industrial penetrou nos Impérios Dinásticos Multinacionais quase um século depois, a Questão Nacional assumiu a forma de um separatismo micronacionalista. Isso era um problema, pois não havia uma fronteira definida entre os diversos povos. Os teóricos marxistas austríacos propuseram soluções que, historicamente, falharam, com o desmembramento do Império dos Habsburgos após a I Guerra Mundial. Partindo dos estudos do austríaco Otto Bauer, Josef Stalin escreveu *O Marxismo e a questão nacional e colonial*, para defender as teses bolcheviques. Como tipo ideal, ele considerou que a nação possuía cinco características constitutivas: 1) uma comunidade estável e permanente; 2) uma linguagem comum; 3) um território próprio; 4) coesão econômica; e 5) um caráter coletivo.

Todavia, como modelo teórico-abstrato, concretamente uma nação não necessariamente teria todos esses elementos, ou alguns deles poderiam ser superficiais. E assim, a Revolução Soviética criou o que foi um dos sistemas mais bem-sucedidos da questão nacional. As nacionalidades floresceram durante o período soviético, ao contrário dos quase totalmente exterminados indígenas norte-americanos ou australianos, por exemplo.

O imperialismo do final do século XIX, por sua vez, levou à partilha do mundo, com a ocupação direta ou domínio indireto das regiões periféricas do Terceiro Mundo. Através dele antigas civilizações foram dominadas e outros povos de menor densidade civilizacional foram desenraizados ou até quase exterminados. Mas, como Marx lembrou, a expansão brutal do capitalismo, além de explorar e oprimir, levava as bases da modernidade econômica e política à periferia, substituindo as contradições de clãs pelas de classe. Setenta

anos depois, o Sul do planeta se emancipava politicamente, conformando mais de uma centena de novos Estados que mudaram o perfil das ONU, enquanto (re)construíam suas nações.

Os regimes marxistas implantados no Terceiro Mundo tiveram que construir um novo Estado (com suas tarefas econômicas e de defesa) e a nação ao mesmo tempo. E a vitória da luta de libertação fez com que a consolidação dos laços de uma população diversa se baseasse na experiência libertadora. Ao “colocar a China de pé”, o Partido Comunista ganhou o apoio de milhões de pessoas que não eram comunistas ou não sabiam o que isso significava, assim como em diversos outros países que lutaram contra o colonialismo. Uma espécie de luta contra a desigualdade em escala internacional, em que as nações pobres e oprimidas representam um “proletariado”.

Nota sobre o fim da União Soviética: colapso da nação?

Um dado importante em relação à construção do *Socialismo num Só País*, é que a transformação social revolucionária necessitava de uma base de poder nacional. Stalin teve que adaptar seu modelo geral à realidade histórica e geopolítica da Revolução Soviética. A ilusão de que outras revoluções poderiam simplesmente se agregar a ela, era fruto de um entusiasmo. Mesmo sob o socialismo a Questão Nacional se mostrou uma força que condicionava as transformações. Assim, cada processo revolucionário teve a sua “personalidade” nacional própria. A Revolução não podia ser “exportada” porque o capitalismo se baseia num *Desenvolvimento Desigual e Combinado*. A Revolução Soviética era, também, russa (isto é, *de Todas as Rússias*), mas outras nações não estavam maduras para a ruptura.

O modelo federal da URSS resultou de um projeto misto de compromisso entre as concepções de Lenin e as de Stalin, que divergiram publicamente. O primeiro desejava criar uma União das Repúblicas Socialistas da Europa e da Ásia, a qual as novas Revoluções poderiam aderir (mas será que a China de Mao aceitaria que sua capital fosse em Moscou?). Stalin criticava esse modelo, pois carecia de um centro histórico aglutinador. Preferia uma estrutura de autonomias nacionais dentro de uma Rússia Socialista Soviética, mas teve que ceder e o resultado foi uma adaptação do que Lenin desejava, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Todavia, vale notar que a decisão sobre quais seriam as Repúblicas Federadas, as Autônomas e os Distritos Nacionais, resultaram de arranjos políticos locais que acompanharam a Revolução e a Guerra Civil, por um lado, e a construção da nova estrutura estatal e de suas implicações internacionais por outro (por exemplo, Ucrânia e Geórgia haviam sido reconhecidas como Estados independentes por países europeus).

Embora os russos fossem maioria, na maior parte da existência da URSS ela foi

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

governada por um georgiano e dois ucranianos, e apenas no início e no fim por russos. Um dado pouco analisado é que a desintegração da URSS não foi o resultado da luta de “nações”, porque as novas Repúblicas eram, também, unidades administrativas plurinacionais. Vinte e cinco milhões de russos ficaram em outras repúblicas e não criaram grande problema quando das “independências”. Apenas reagiram quando foram considerados cidadãos de segunda classe em outras Repúblicas, e a Federação Russa tem milhões de ucranianos e de povos de outras Repúblicas. O Cazaquistão tem quase o mesmo número de cazaques que russos, e eles convivem harmonicamente na sociedade e no controle do Estado.

A União Soviética se desintegrou não porque fosse uma “prisão dos povos”, mas porque *Gorbachov separou o Partido do Estado*, abandonando o primeiro à própria sorte, e tentando forjar uma base de poder no segundo (criou o cargo de Presidente da URSS). O que gerava a unidade do maior país do mundo era o pertencimento a um projeto comum de transformação política, que propiciava a formação de um *Homo Sovieticus*, não apenas uma estrutura político-administrativa. Assim, a razão para o colapso se encontra no enfraquecimento do poder central no entrincheiramento de grupos nas unidades federadas. O clímax ocorreu após Ieltsin decidir retirar a Rússia da União (e, portanto, acabando com ela) e institucionalizar a construção do capitalismo na Rússia, onde tinha poder para tanto.

Por essa razão Putin manobra incessantemente tentando forjar uma “identidade nacional russa”, revivendo a Igreja Ortodoxa e elementos alegóricos da época czarista, mesclando-os com o legado soviético. A Ucrânia não conseguiu definir uma nação, da mesma forma que na Ásia central a questão é utilizada apenas para lidar com um poder frágil³. Daí o temor que as potências do OTAN têm de qualquer forma de coordenação dentro do antigo espaço soviético. O que Moscou deseja não é a expansão da Rússia, mas a criação de um espaço supranacional onde os Estados herdeiros da Rússia Czarista e da URSS, habitados pelo *Homo Sovieticus*, possam viver e cooperar nos campos da economia, da defesa, da diplomacia e da cultura comum, frente a um sistema internacional cada vez mais hostil. Não deve ser fácil estar entre o poder militar e financeiro dos Estados Unidos e do poder econômico e populacional da China.

Perspectivas

Esse breve estudo objetivou contribuir para o tema “marxismo e relações internacionais”, através da exposição de elementos teóricos e metodológicos sobre a contribuição do Materialismo Histórico para as RI, a partir de propostas de Fred Halliday. Há uma ampla base como ponto de partida nas obras de Marx e Engels (e de seus

³ As Repúblicas da Ásia Central se tornaram independentes contra a vontade, pois dependiam da transferência de recursos da União.

discípulos), mas é necessário ainda trilhar um longo caminho para que a teoria e a realidade se associem em um paradigma inovador, formando uma “terceira vertente”. Um dos problemas reside na área de RI, dominada por um pensamento caudatário dos poderes políticos e acadêmicos estabelecidos, dominados por variantes do Realismo e do Liberalismo. Ser antimarxista representa um passaporte para a ascensão institucional e intelectual, bem como obtenção de financiamento público e privado para pesquisa e publicação.

Outro problema se encontra dentro do próprio marxismo, ou melhor, entre os marxistas. A fronteira entre a teoria e a ação política é fluída e nem sempre devidamente reconhecida, especialmente quando há uma necessidade juvenil de estar sempre do lado “politicamente correto”. Como dito no início, é necessário não confundir marxismo, socialismo e esquerdismo. O marxismo, em particular seu Materialismo Histórico, tem todas as condições de dialogar inteligentemente com as demais teorias, que desenvolveram outras ferramentas metodológicas, sem perder sua identidade. Os realistas se especializaram no conflito e os “liberais” nas conexões “cooperativas” entre atores, mas o marxismo tem uma base epistemológica muito mais ampla e capacidade de explicar, com base histórica, o surgimento das demais teorias, bem como de si mesmo. E, principalmente, consegue explicar a *origem do sistema*, a forma de sua *evolução* e, algo que os demais são incapazes, a *mudança e ruptura* do mesmo. Os demais falam em um “modelo (ou cenário) estável”, onde as ações ocorrem.

Há questões que necessitam se aprofundadas, como a persistência do nacionalismo e da democracia liberal, mas o marxismo tem condições para tanto. Da mesma forma em relação a fenômenos socioculturais e históricos adormecidos no inconsciente individual e coletivo, que explodem de forma aparentemente irracional. Os acadêmicos que embasam suas análises no Materialismo Histórico podem ter a segurança de afirmar que *a anarquia do mercado e do capitalismo* é que causa a “anarquia do sistema interestatal”, que não existe abstratamente. E é necessário deixar preconceito de lado, pois há originais contribuições marxistas das RI na China, no Vietnã, em Cuba, na ex-URSS e em países do Terceiro Mundo/Sul Geopolítico. Da mesma forma, seria construtivo evitar que, à cada crise política da esquerda, os intelectuais progressistas busquem refúgio psicológico em um “santuário” teórico. O mundo está em crise profunda, e, segundo Marx (cujo túmulo acaba de ser vandalizado), “tudo que é sólido, desmancha no ar e tudo que é sagrado será profanado”. Mais do que nunca uma análise científica da realidade internacional é necessária.

Recebido em 22 de agosto de 2019. Aprovado em 08 de setembro de 2019.

O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico

Referencias bibliográficas

- ANIEVAS, Alexander. **Marxism and world politics**. London and New York: Routledge, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.
- BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: Sociología de las relaciones internacionales y políticas**. Mexico: Siglo XXI, 1974.
- BUZAN, Barry, and WAEVER, Ole.. **Regions and powers: the Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CALVERT, Peter. **Revolution and International politics**. London: Frances Pinter, 1984.
- CHAN, Stephen, and WILLIAMS, Andrew. **The Renegade States. The evolution of revolutionary foreign policy**. Manchester: Manchester University Press, 1985.
- DAVIS, Mike. O Imperialismo Nuclear e Dissuasão Extensiva, in THOMPSON, EDWARD, e outros. **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DEMKO, George, and WOOD, William (Eds.). **Reordering the world. geopolitical perspectives on the 21st century**. Boulder: Westview Press, 1999.
- DEUTSCHER, Isaac. **Marxismo, Guerras e Revoluções**. São Paulo: Ática, 1991.
- FERNANDES, Luis. Marx e a gênese do sistema internacional moderno. In MONTEIRO & BUONICORE (Orgs). **Karl Marx, desbravando um mundo novo no século XXI**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018.
- FOSSAERT, Robert. **El mundo en el siglo XXI: una teoría de los sistemas mundiales**. México: Siglo XXI, 1994.
- GILL, Stephen (Ed). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GLADSTONE, Jack, GURR, Robert, and MOSHIRI, Farrok (Ed.). **Revolutions of the late Twentieth Century**. Boulder/Oxford: Westview, 1991.
- JACKSON, Robert, and JAMES, Alan (eds). **States in a changing world**. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics: the rise and fall of the sixth great power**. Durham: Duke University Press, 1999.
- _____. **Cold War, Third World**. London: Hutchinson Radius, 1989.
- _____. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2007. (3ª ed)
- HOPKINS, Terence, WALLERSTEIN, Immanuel, et al. **The age of transition: trajectory of the world-system 1945-2025**. London: Zed books, 1998.
- LENIN, V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1983.

- KALDOR, Mary. **New & old wars: organized violence in a global era.** Cambridge: Polity Press, 1998.
- KISSINGER, Henry. **O mundo restaurado.** Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1973.
- KOLKO, Gabriel. **Century of War.** New York: The New Press, 1994.
- KRIPPENDORFF, Ekkehart. **Las Relaciones Internacionales como Ciência.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- KUBÁLKOVÁ, V., and CRUICKSHANK, A. A. **Marxism and International Relations.** Oxford: Oxford University Press, 1989.
- MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** São Paulo: Alfa Ômega, 1983. (3 volumes).
- MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** Lisboa: Cosmos, 1975.
- POTEMKIN, V. P. **Historia de la Diplomacia.** Mexico: Grijalbo, 1966. 3 volumes.
- RICHARDS, Michael D. **Revolutions in World History.** Nova York: Routledge, 2004.
- ROSENBERG, Justin. **The Empire of Civil Society. A critique of the Realist Theory of International Relations.** London – New York: Verso, 1994.
- SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SCHUTZ, Barry, and SLATER, Robert (Ed.). **Revolution and political change in the Third World.** Boulder: Lynne Rienner/ London: Adamantine, 1990.
- TESCHKE, Benno. **The Myth of 1648. Class, geopolitics and the making of Modern International Relations.** London/ New York: Verso, 2003.
- VISENTINI, Paulo, PEREIRA, Analúcia D., MARTINS, José M., RIBEIRO, Luis D. e GRÖHMANN, Luís G. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional.** Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT-UFRGS, 2013.
- WESTAD, Odd Arne (Ed.). **The Global Cold War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.